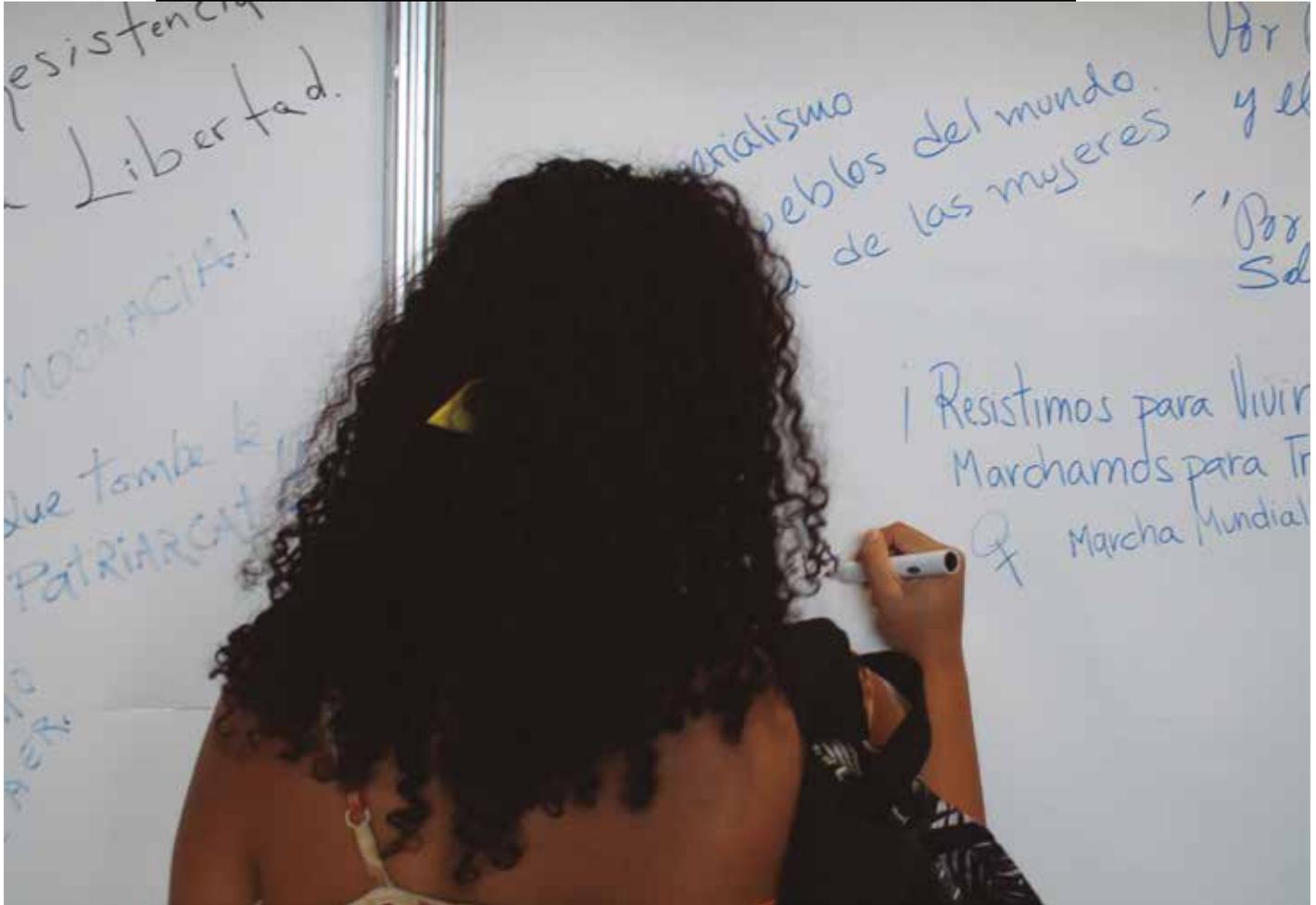


REVISTA

Nº 10 - MARÇO 2020

RECONEXÃO PERIFÉRIAS

HELENA ZELIC



Pela política feita por mulheres, para vencer o machismo

'SER MÃE PRETA E PERIFÉRICA'

Maternidades periféricas
e o racismo obstétrico

DESAFIOS DA PATERNIDADE

Paternidade, militância e
feminismo

AGENDA DE LUTAS MARÇO 2020

Pela política feita por mulheres, para vencer o machismo

ANDRÉS PASQUIS



Há mais de cem anos, o dia 8 de março é lembrado pelo papel que as mulheres tiveram na luta por igualdade de direitos civis e políticos que, pouco a pouco, foi tomando caráter universal,

Esta edição da Revista *Reconexão Periferias* deste mês propõe o debate sobre atividade política e maternidade.

sendo reinterpretado e colocado ao lado de temas os mais diversos. Por mais que originalmente o dia marque diversas lutas ligadas ao ideário socialista, como greve de trabalhadoras em um confecção nos EUA, passeata de

PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS ■ DIRETOR RESPONSÁVEL ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ COORDENADOR DO PROJETO E ORGANIZADOR DA EDIÇÃO PAULO CÉSAR RAMOS ■ EQUIPE JAQUELINE LIMA SANTOS, JULIANA BORGES, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, SOFIA TOLEDO, VICTÓRIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ COLABORADORES ALEXANDRE PADILHA, ISADORA SIMÕES DE SOUZA, MORGANA ENEILE, TAINÁ ROSA E YUNA VITÓRIA SANTANA DA SILVA. ■ EDITOR ROGÉRIO CHAVES ■ REVISÃO CLAUDIA ANDREOTTI ■ PRODUÇÃO EDITORIAL CACO BISOL PRODUÇÃO GRÁFICA ■ DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO MARCIO POCHMANN (PRESIDENTE), ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS (DIRETOR), ISABEL DOS ANJOS LEANDRO (DIRETORA), JOAQUIM CALHEIROS SORIANO (DIRETOR), ROSANA RAMOS (DIRETORA)

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO RUA FRANCISCO CRUZ, 234 VILA MARIANA 04117-091 SÃO PAULO/SP WWW.FPABRAMO.ORG.BR

mulheres anti-czaristas da Rússia, atualmente, a data é apropriada pela publicidade de produtos voltados aos cuidados com a beleza da mulher. Mas, não só no Brasil como no mundo todo, os movimentos de mulheres vão às ruas, para promover debates públicos e outras manifestações para lembrar que ainda há muito para conquistar e não só o direito - ou imposição? - de ser vaidosa.

Se a inclusão econômica e política marcou o tom deste mais de um século, muitas conquistas chegaram, como o direito ao voto e o direito formal ao trabalho. Ainda há que se reconhecer que, do ponto de vista políticos, as mulheres votam, mas ainda são pouco votadas. Na Câmara dos deputados, as mulheres são apenas 77 de 513 eleitos/as; no Senado, são apenas sete senadoras de um colegiado de 54 representantes. Do ponto de vista econômico, elas recebem uma renda consideravelmente inferior a dos homens e,

Se a inclusão econômica e política marcou o tom deste mais de um século, muitas conquistas chegaram, como o direito ao voto e o direito formal ao trabalho.

se considerarmos a situação das mulheres negras separadas das mulheres brancas, a desigualdade é ainda maior.

No início quando foram incluídas no mercado de trabalho, as mulheres atuavam apenas em trabalhos especificamente femininos. Com o passar do tempo, elas foram conquistando espaços que até então eram dominados pelos homens. Por exemplo, motorista de ônibus, motorista de táxi, engenheiras, arquitetas. Mas, ainda com uma grande desigualdade na remuneração.

Mulheres que são arrimo de família, sempre existiram nas classes populares, passam a ser mais comuns em extratos de renda

média. Assim, como alguns direitos, as mulheres passam a acumular deveres. Ou seja, ainda que elas passem a exercer direitos que antes eram privilégios masculinos, as mulheres nem sempre podem compartilhar com os homens deveres que, em princípio, sempre foram só femininos. Como o cuidado da casa e dos filhos.

Por isso, a Revista deste mês propõe o debate sobre atividade política e maternidade, os desafios individuais e coletivos para que a inclusão política das mulheres, sobretudo, as mulheres negras e periféricas, que sempre foram a base de suas famílias e sempre tiveram seu corpo objetificado pelo patriarcado, não seja mais um fardo para elas carregarem. Promover o debate sobre como as mulheres lidam com a luta política e o exercício pleno da maternidade significa também chamar homens para a responsabilidade do exercício da paternidade, da divisão justa de tarefas, sem reprodução de estigmas e do machismo. ■

Maternidades possíveis: entre o (não) poder e o dever

YUNA VITÓRIA SANTANA DA SILVA

GUILLÉ



YUNA VITÓRIA SANTANA DA SILVA É CANTORA, COMPOSITORA E POETISA, PRIMEIRA ESTUDANTE DE DIREITO TRANSGÊNERO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. PESQUISA TRANSGENERIDADE NO NUCUS-UFBA, COMPÕE O CENTRO ACADÊMICO RUY BARBOSA (CARB) E ATUA COMO ATIVISTA DA VALORIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.

Resumo: O presente ensaio autoetnográfico busca refletir, tendo como base um caso de transparentalidade no Brasil, os paradigmas que a transgeneridade aduz à maternidade e paternidade na atualidade, compreendendo as potências e limites dessas noções sociogenerificadas.

“O elefante branco da cisnormatividade não pode mais se esconder atrás de conceitos como ‘heteronormatividade’,

Falar sobre maternidade e transgeneridade é iniciar uma longa jornada contra o iceberg do cissexismo.

‘pessoas biológicas’, ‘pessoas cromossômicas’, ‘pessoas genéticas’. É preciso dialogar, é preciso revisitar. E sim, terminologia é ponta de iceberg.” (VERGUEIRO, 2015, p178).

Escrevo de um tempo em que rememoro os sabores e dissabores da gestação. E para situar o leitor, essa memória vem de uma mulher trans que estava esperando um bebê, hoje nascido, de seu marido. Não, você não leu errado, vivemos uma relação heterossexual onde o pai engravidou da mãe. Isso porque o homem em questão também é transgênero. Situação um tanto quanto fora do habitual que descortina

todas as habituais noções e controles de gênero imbuídas nas categorias sociais de maternidade e paternidade.

Começo o texto em devaneios e rememoro o momento em que leio a “cartilha da mamãe” entregue ao meu marido para que ele a preencha com seus dados - exercitando a dura tarefa de pensar que na verdade a cartilha é de gestantes, porque se fosse da “mamãe”, ao que pese, deveria ser eu a pessoa a preencher. Fito atentamente o material com uma silhueta feminina, como todas as demais referências daquele espaço chamado maternidade são femininas, do rosa nas paredes e decorações ao banheiro único do consultório, que deveria receber casais, mas possui apenas uma placa que diz “mulher”. Questionei a recepcionista dias antes e tive como resposta que “*raramente vêm pais aqui*” e que “*para os homens há o banheiro geral do hospital lá fora*”. Foi exatamente esse o que meu marido utilizou, embora eu não tenha obtido tanto

Temos mirado os cargos de decisão desde então, cientes de que as engrenagens da transfobia institucionalizada não permitem diálogos nas bases.

sucesso assim no feminino. Diante da informação eu *fiz a pêssega*, em bom pajubá, decidida a reduzir danos não gastando energias com pessoas erradas. Guardei os argumentos para a direção da unidade de saúde, assim como fizemos, meu marido e eu, para que todos os documentos envolvendo o parturiente e o bebê respeitassem as nossas identidades de gênero, como a Declaração de Nascidos Vivos, que insiste em trabalhar com categorias “mãe” e “pai” quando nem mesmo a certidão de nascimento as utiliza no Brasil. Temos mirado os cargos de decisão desde então, cientes de que as engrenagens da transfobia institucionalizada não permitem diálogos nas

bases. Mas antes disso, de todos os problemas envolvendo a construção social da maternidade que quase nos impediu de registrar a nossa criança, pensava eu, à época da cartilha, em como essas categorias eram falhas e frágeis, como tudo na verdade era parte de um grande regime de enunciabilidade e de linhas de subjetivação da cisnormatividade que desde sempre e nas coisas mais aparentemente inocentes vai doutrinando sujeitos generificados, a se colocarem da maneira como o *cis-tema* deseja. E entendo por *cis-tema* o dispositivo binário de gênero em sua lógica cisnormativa, ou seja, que valida as experiências das pessoas cisgêneras (não-transgêneras) como naturais, como o grande ponto de partida da experiência humana donde toda a variante é patologizada e/ou imoralizada.

Ainda tenho o olhar na cartilha quando a chefe do setor de qualidade do hospital, em que o parto será realizado, nos liga convidando para o “casal grávido”, curso para mulheres grávidas e seus companheiros, conforme

descrição do próprio, que ocorrerá na instituição em breve. Ela achou que seria de nosso interesse, como ocorre com todo casal que espera um bebê. Tomei conhecimento então desse universo de programação comportamental que ensina, antes do cuidado com a criança, quem deve e como deve cuidar, funções e responsabilidades atreladas intimamente a papéis de gênero. Papéis cisgêneros, machistas, vendidos como única possibilidade de existência, não havendo margem sequer para inteligibilidade daquilo que escapa dessa redoma, se tornando quase impossível, portanto, explicar situações como essa, de uma gestação paterna, que em função da ininteligibilidade social não pode sequer ser catalogada, registrada, quantificada para gerar dados sobre nossa população, servir de pesquisa e estatística que fomentam políticas públicas de assistência especializada, entre outras mazelas oriundas do apagamento sociocultural.

O corpo do homem gestante igual ao da mulher grávida, mas não tão igual quando, antes da gestação, o homem trans busca orientação ginecológica sem sucesso.

Nas instituições médicas o homem trans gestante “uma grávida”, sua identidade de gênero é apagada por discursos que se pretendem biológicos, fisiológicos, morfofuncionais, que não deveriam produzir identidades e não dão conta delas, mas que nos eixos normativos da sociedade as justificam de maneira autoritária e compulsória. Resta a mim a posição de acompanhante, aquela que, por ser trans, choca os operadores da saúde quando se apresenta como esposa e mãe do bebê por vir. Ora, se em um dos países que mais mata travestis e transsexuais no mundo somos pintadas como inimigas da família, eu deveria ser apenas a acompanhante, a “amiga travesti” do ho-

mem trans que certamente sofreu abuso sexual e está ali para retirar o bebê, afinal, homem gestando? Coisa de Marte! E de fato para o dispositivo biomédico parece que nossos corpos são alienígenas, posto que nenhuma especialidade médica nos serve sem antes o profissional precisar de uma capacitação em “transexualidade”, para que possa nos atender. Nossos corpos aqui são específicos, mas na hora de generificar pela base cissexista, misteriosamente o discurso muda e o corpo trans passa a ser igual a todos os outros – controle disfarçado de tutela. O corpo do homem gestante igual ao da mulher grávida, mas não tão igual quando, antes da gestação, o homem trans busca orientação ginecológica sem sucesso. O meu corpo é fisiologicamente igual ao do homem cisgênero quando querem me deslegitimar enquanto mãe, mas não tão igual quando eu busco ajuda urológica ou endocrinológica, aí falta especialidade do profissional, que não se sente capacitado para tal “mo-

dalidade”, ou “serviço” das diferenças. E a sociedade rapidamente compreende e assimila essa bipolar lógica de diferenciação e igualação quando convém, com a única finalidade de deslegitimar existências trans - somos diferentes quando é preciso negar atendimento, somos iguais quando é preciso violar nossas necessidades específicas. Theo, meu marido, é “uma grávida” quando reivindica sua paternidade socialmente ou politicamente, mas quando está em pé no transporte público não têm seus supostos direitos de “mulher grávida” assegurados, pois não é lido imediatamente enquanto mulher, não tem acesso aos atendimentos preferenciais para gestantes em função de sua leitura social masculina, mesmo quando explicita esse lugar. O cis-tema entra em crise. Theo não é mãe quando pleiteia a licença maternidade no trabalho, nem para a “bolsa mamãe” de auxílio enxoval. Consta em seus documentos o sexo masculino. Mas no hospital ele precisa ser declarado como mãe, porque “quem gesta é mãe”, diz

Consta em seus documentos o sexo masculino. Mas no hospital ele precisa ser declarado como mãe, porque “quem gesta é mãe”, diz a norma tácita médica e cultural.

a norma tácita médica e cultural. Assim seguimos não existindo em debates sobre maternidades e paternidades trans no Brasil. Assim as famílias transparentais sequer existem nas discussões de “novos arranjos familiares”.

O debate sobre maternidade precisa assimilar as maternidades das mulheres trans, que são diversas, e compreender que nem todos os seus signos são exclusividades da experiência feminina, do ser mulher cisgênero – a menos que nossa mirada seja declaradamente cisnormativa, o que seria ignorar o contingente de homens trans que estão gestando ou abortando ou em situação de extrema vulnerabilidade de saúde em função do tabu em

se debater essas experiências no campo da saúde reprodutiva e dos laços e papéis familiares. Falar sobre essas angústias e pensá-las a partir de uma perspectiva ética e (trans) feminista é parte do processo inicial de tensionamento ao cis-tema, que tem como fim possibilitar novas representações do real. Em uma realidade em que homens trans são pais e mulheres trans são mães, em um cenário onde mulheres cisgêneras são responsabilizadas pelo cuidado exclusivo, o debate sobre esses papéis precisa ser menos genericado para que tenhamos isonomia. ■

Referência

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

NEGRA, FAVELADA, MÃE

As filhas das babás se tornam mães

TAINÁ ROSA



JULIEN LAGARDE

Desafios e perspectivas de uma educação antirracista de uma geração que superou o trabalho análogo ao escravidão e vem conquistando espaços de poder, protagonismo e que agora se depara com o desafio da maternidade.

Segundo o IBGE, nós mulheres negras somamos hoje 27,5 % da população brasileira, somos o maior grupo demográfico do país. Minha geração chegou em sua terceira década, somos filhas de

empregadas domésticas, faxineiras, babás e uma vasta imensidão de mulheres negras que assumiram o trabalho mais depreciado no país, somos filhas das mulheres que não foram contempladas com a CLT de 1943, que categorizava e garantia direitos a grande massa de trabalhadores e trabalhadoras do país.

Somos filhas de mulheres negras faveladas, que apesar de toda adversidade construíram tecnologias sociais para

construção de suas moradias, mobilidade, preservação da religião, cultura, alimentação e educação a seus filhos.

Fomos contempladas com a luta histórica do movimento negro, a lei 10.639 que se propõe tirar da invisibilidade a história de África e dos africanos e toda sua diáspora pelo globo. Lutamos e comemoramos a aprovação da famosa PEC das Domésticas. Até 2015, a legislação brasileira insistia em manter mulheres negras na invisibilidade do mundo do trabalho doméstico.

Nossas *griôs*, superaram o quartinho insalubre é a condição histórica da humilhação racista, e nós que herdamos a luta pela ancestralidade, seguimos, ocupando as universidades, espaços diversos no mundo do trabalho, e agora nos deparamos com os desafios que não tem cartilha, o de gerar, criar e educar crianças negras.

TAINÁ ROSA CRIA DA FAVELA DO ALTO VERA CRUZ EM BELO HORIZONTE. FILHA DE ANA CREUZA E MÃE DE GABRIEL REIS. DESDE OS 14 ANOS, CIRCULA NOS MOVIMENTOS DE CAPOEIRA ANGOLA E DANÇA AFRO, ONDE SE IDENTIFICOU COMO MULHER NEGRA. É PROFESSORA DE HISTÓRIA E ARTIVISTA ANTIRRACISTA. LUTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES, PELO PROTAGONISMO DA JUVENTUDE NEGRA E PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS RECURSOS CULTURAIS. ILUMINADORA TEATRAL, PRODUTORA E FAZEDORA DE TEATRO HÁ MAIS DE UMA DÉCADA. INTEGRA AS MUITAS E A PARTIDA E FAZ PARTE DA GABINETONA.

Ser mulher, negra, ativista e mãe em um país racista, nessa conjuntura, onde o fascismo saiu do armário e o extermínio da juventude negra e favelada se tornou política pública de Estado, é um desafio de (re) existência diário!

Na gravidez toda a estrutura racista se depõe contra nossa existência e a de nossos erês. Estamos mais expostas à violência obstétrica e à mortalidade materna. Após o nascimento, mais desafios, estamos vendo nossos filhos crescerem e junto com eles o aumento do extermínio da juventude negra e favelada. Segundo o atlas da violência cerca de 77% dos 30 mil jovens assassinados no Brasil são pretos ou pardos. São dados de países em estado de Guerra Civil.

Nossa guerra civil só tem arma de um lado, e o inimigo tem cor e origem!

Manter-se vivo é o primeiro desafio de uma família negra no Brasil, são inúmeras Ágatas, Claudias e Amarildos pelas ruas, vielas e becos do país.

Ser mulher, negra, ativista e mãe em um país racista, nessa conjuntura, onde o fascismo saiu do armário e o extermínio da juventude negra e favelada se tornou política pública de Estado, é um desafio de (re)existência diário!

Vivas estamos!

Seguimos no desafio na rua, na escola e no mercado de trabalho. Precisamos trabalhar como se não tivéssemos filhos e criar os filhos como se não trabalhássemos 44h por semana...

Educação antirracista, ma tarefa cotidiana

Bonecas negras de cabelos crespos, livros de pretagogia e literatura infantil em casa e na escola, convivência em espaços religiosos que acolhem crianças e respeitem a diversidade humana. Nossos erês não tem vergonha de seus cabelos crespos, da pele preta, do nariz, do

nosso sagrado. Isso porque assumimos a educação antirracista como meta e entendemos que ela se dá em casa, na escola, na plataforma do metrô respondendo a entrevistas, e é tarefa de todos e todas que convivem com crianças.

Outra estratégia usada pela negritude tem sido a "pedagogia do olhar" ensinar nossas crianças a olharem firme e com altivez, aprendemos a olhar no espelho e estamos reproduzindo esse ensinamento de reconhecer nossos traços. Ensinar e repetir diariamente, que a violência não é normal e que esse cotidiano que está posto, não pertence a nós, nem ao nosso povo.

O orgulho de nossa identidade é construído diariamente juntos com nossas crianças, em todos os espaços, por todos com quem convivemos, sendo na primeira infância determinante para o desenvolvimento das próximas gerações.

Ser mulher, negra, favelada e ser mãe é um desafio deliciosamente revolucionário. ■

Detentos pueris

BABI SILVA

THIAGO GOMES/ ASCOM/ SUSIPE



BABI SILVA É ESTUDANTE DO 8º ANO DE JORNALISMO. MILITANTE DO COLETIVO EUSOU EU REFLEXOS DE UMA VIDA NA PRISÃO - ONDE É DISCUTIDO E DEFENDIDO POLÍTICAS PÚBLICAS QUE PERMITAM QUE OS SOBREVIVENTES DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO COM UM MÍNIMO DE DIGNIDADE JUNTO DE SUAS FAMÍLIAS.

O tema encarceramento nos remete a uma cela cheia de homens reivindicando direitos em uma superlotação, porém não podemos esquecer das carceragens femininas que em 2016, tinha um contingente de 44.721 mulheres presas no Brasil, de acordo com dados do Sistema de Informação Estatísticas do Sistema

A população carcerária feminina é constituída por mulheres negras (77%); com idade entre 20 e 29 anos (70%); com baixa escolaridade (73%) e primárias (87%).

Penitenciário Brasileiro (Infopen) - em 16 anos, esse número saltou 698% (em 2000, haviam 5.601 mulheres presas). Essa população é constituída por mulheres negras (77%); com idade entre 20 e 29 anos (70%); com baixa escolaridade (73%); primárias (87%); que não passaram por medidas socioeducativas (80%);

provisória, suspeita de tráfico de drogas ou dano ao patrimônio (45%). Com isso constata-se que as mulheres, em sua maioria, iniciam no crime na idade adulta, e em sua maioria, por motivos financeiros, desromatizando a ideia de que a mulher comete crime por amor ao homem.

Dentro dessa população carcerária feminina, existe um grupo que sofre duplamente ao cumprir sua sentença, as grávidas e lactentes. Está em vigor a lei nº 13.257/2016, que alterou o Art. 18 do Código de Processo Penal, o juiz pode substituir a prisão preventiva, pela domiciliar, quando a mulher for gestante ou com filho de até doze anos. No entanto, essa lei não é respeitada pelo Legislativo. Segundo o Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactentes, criado em outubro de 2017, pela ministra Cármen Lúcia, havia 283 presas grávidas e 178 lactentes em Julho/2018. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no seu artigo 7º prevê o direito a proteção à vida e à saúde do recém-nascido.

“Mesmo sabendo que meu filho estaria seguro, não suportei quando vi minha mãe o levando, meus seios transbordavam e eu ardia em febre. Foi o momento onde percebi que não poderia ser mãe do meu filho”.

Silva, Renata, egressa da penitenciária Talavera Bruce/RJ

Contudo, isso não vem sendo aplicado aos filhos das detentas.

A advogada criminalista Regina Guedes, em entrevista, afirma que:

quando uma população carcerária, de mais de 40 mil mulheres, onde as que não estão grávidas ou amamentando, são mães de menores de 12 anos, e o Legislativo simplesmente não cumpre a lei, há uma falha do Estado em relação a essas crianças, privadas do convívio com suas mães.

O acompanhamento das mulheres grávidas ao

médico também não é respeitado. Em fevereiro de 2018, em São Paulo, a jovem Jéssica Monteiro, 24, foi presa ao lado do marido Oziel Gomes, 48, portando 90 gramas de maconha. Mesmo estando em trabalho de parto, no momento em que era conduzida para a audiência de custódia, tendo sido encaminhada sob escolta policial ao hospital, onde deu à luz a um menino e mesmo acompanhada de seu advogado, que comunicou o ocorrido ao juiz, com testemunho do policial que os acompanhavam, teve seu pedido de prisão mantido, apesar da jovem ser ré primária.

Casos como o de Jéssica, provam que apesar da declaração da então ministra do Superior Tribunal Federal (STF), Carmen Lúcia, onde disse: “Terminarei meu mandato sem que nenhum brasileiro nasça atrás das grades”. Ainda tem-se que evoluir nesta questão, ao contrário, segundo a fala da ministra “estamos descumprindo a Lei do Ventre Livre”. É necessário pensar nessas crianças encarceradas como inocentes, que

estão sendo penalizados sem nem mesmo saber o que significa infringir a lei. Enquanto isso, 45% da população carcerária feminina aguarda julgamento.

População carcerária invisível

A escolha sobre a permanência do bebê, durante os primeiros seis meses de vida, no ambiente carcerário é da mãe. Elas podem decidir permanecer com os filhos durante o período de amamentação, ou se entregam de vez à família, evitando assim que o bebê vivencie a precariedade do cárcere.

Na maioria dos casos, a escolha das mães é ficar com os filhos e como na maioria dos estados não há uma Unidade Materno Infantil (UMI) – adequada, cria-se, assim, a população carcerária invisível, onde crianças são submetidas a todos os intempéries que podem surgir dentro de uma carceragem.

“Mesmo sabendo que meu filho estaria seguro, não suportei quando vi minha mãe o levando, meus seios transbordavam e eu ardia em febre. Foi o momento onde percebi que não

A escolha sobre a permanência do bebê, durante os primeiros seis meses de vida, no ambiente carcerário é da mãe.

poderia ser mãe do meu filho” relato de Renata Silva, ex-presidiária, que em 2006 teve seu filho enquanto cumpria pena na penitenciária Talavera Bruce, no Rio de Janeiro.

De 33, apenas 4

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – realizou, entre janeiro e abril de 2018, visitas em 33 unidades penais que custodiam presas grávidas e lactantes. Entre os problemas encontrados estão a irregularidade nas consultas do pré-natal, a deficiência no atendimento médico aos bebês, em uma unidade de São Paulo, bem equipada e assistida, onde há até uma brinquedoteca, vivem 14 bebês sem registro de nascimento. No Distrito Federal havia cinco bebês sem registro e sem vacinação (BCG).

A juíza auxiliar da presi-

dência do CNJ, Andre-mara dos Santos, concluiu, após as visitas que: “A situação das grávidas, lactantes e seus filhos, estão nas mãos dos gestores das unidades prisionais”.

Durante as visitas do CNJ a essas penitenciárias, apenas quatro delas foram destacadas como exemplo de atendimento à mulher. São elas: Unidade Materno-Infantil (RJ), Penitenciária Feminina de Cariacica (ES), Presídio Feminino de Santa Luzia (AL) e Colônia Penal Feminina do Recife (PE). Segundo Santos, onde há envolvimento dos juízes com a gestão, as penitenciárias tendem a ser bem geridas, provando que mudar a situação dessas mulheres e das crianças não será de forma alguma, uma iniciativa solitária, mas uma comunhão de ideias e atitudes de várias camadas da sociedade, afinal a violência ocorre quando somos desassistidos em todos os âmbitos que um ser humano pode ter. ■

Fontes: Agência Pública; Conselho Nacional de Justiça; Fapesp (Fundação de Amparo a Pesquisa), ONG - Associação Elas Existem, Dra Regina Guedes – advogada criminalista.

O sequestro de bebês filhos de mulheres usuárias de drogas

ISADORA SIMÕES DE SOUZA

ISADORA SIMÕES DE SOUZA É PSICÓLOGA, DOUTORANDA PELO PROGRAMA DE PSICOLOGIA SOCIAL DA PUC-SP E PROFESSORA DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI DE SÃO PAULO.

PIXHIRE



No Brasil dos séculos XIX e XX, a história da institucionalização de crianças e adolescentes revelou que crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos tinham como destino quase certo, quando buscavam apoio do Estado, o encaminhamento para instituições totais, como abrigos ou educandários. Essa história, ainda não superada, tem repercussões importantes até os dias de hoje, mesmo sob o

marco jurídico da proteção integral, no qual se baseia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – lei n. 8.069/90.

Nos tempos atuais, o debate sobre o tema de mulheres usuárias de drogas, especialmente as que fazem uso de crack, faz-se fundamental frente à recorrente recomendação dos órgãos de justiça, como Ministério Público, de imediata comunicação ao Poder Judiciário acerca do nascimento de crianças,

filhas de mulheres usuárias de crack e outras drogas, bem como gestantes que se recusarem a realizar o pré-natal.

Em 2014, o Ministério Público de Minas Gerais lançou as Recomendações n. 5 e 6. O primeiro documento recomenda que as maternidades acionem a Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte em casos de gestantes usuárias de drogas, para o acolhimento institucional de crianças. O segundo,

propôs que profissionais da saúde que notassem gestantes “impontuais” com o calendário de consultas pré-natalinas encaminhassem-nas aos Conselhos Tutelares.

Nesse mesmo ano, estudos revelaram que, na capital mineira, de janeiro a outubro, das 232 crianças entre zero e dois anos acolhidas, 158 eram recém-nascidos de mães usuárias de drogas (OTEMPO, 2014). O documento provocou um grande debate no Brasil e, na sequência, a publicação de uma Nota Técnica Conjunta nº 001/2015 da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS) e Secretaria de Gestão Participativa (SGEP) (BRASIL, 2015), que indica Diretrizes e Fluxograma à Saúde das mulheres e adolescentes em situação de rua e/ou usuárias de crack e outras drogas, e seus filhos recém-nascidos. As Defensorias Públicas da União e do Estado de Minas Gerais publicaram a Recomendação Conjunta n. 01/2014/ODHTCMG/DPDH/DPJC, em sentido contrário à do Ministério Público, orientando profissionais dos sistemas sociais e de

Atuam, muitas vezes, pelo viés da punição de suas mães, violando-lhes os direitos de liberdade, de disposição sobre o corpo e à maternidade autônoma.

justiça acerca dos direitos das mulheres, crianças e dos próprios trabalhadores, bem como de procedimentos inseridos em políticas públicas mais adequados para garantia daqueles direitos. Esse jogo de forças e de verdades conduzem procedimentos e corpos de mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade social e estigmatização, nos diversos itinerários institucionais de disciplinarização.

Recomendações, como o documento de Minas Gerais, ocasionam por vezes, o afastamento e sequestro, em função de não respeitarem o devido processo legal, das crianças recém-nascidas de suas mães, ancoradas na suposta proteção da criança. A movimentação institucional em favor da interrupção da convivência entre mães

e recém-nascidos provocou, na capital mineira, o crescimento escalonar de “retiradas” de bebês pelo sistema de justiça desde 2013¹. Identifica-se essa prática mesmo em maternidades de estados e municípios em que não há esse tipo de recomendação do Ministério Público. É o que constatamos a partir do trecho da reportagem que informa sobre a situação paulistana, meses atrás:

Segundo a juíza Cristina Ribeiro Leite, responsável pela Vara da Infância e Juventude que atua no centro da capital paulista, 90% dos bebês colocados para adoção na região central de São Paulo são filhos de mães dependentes de crack e em situação de rua (REDE BRASIL ATUAL, 2017).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 estabeleceu nova configuração do Sistema de Justiça, a criação de Defensorias Públicas e novas atribuições dos Ministérios Públicos, voltadas à garantia de Direitos Humanos de caráter difuso e coletivo, como os de crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua, pessoas

1. É O QUE ENCONTRAMOS NA MATÉRIA DISPONÍVEL EM [HTTP://BRASIL.ESTADAO.COM.BR/NOTICIAS/GERAL,JUSTICA-TIRA-BEBES-DE-FAMILIAS-EM-SITUACAO-DE-RISCO,70002044603](http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,justica-tira-bebes-de-familias-em-situacao-de-risco,70002044603). ACESSO EM 25 OUT. 2017.

com transtornos mentais, entre outros. Desde então, as recomendações passam a ser uma ferramenta do Ministério Público para mediar a relação entre administração pública e os/as cidadãos quanto as políticas públicas destinadas à garantia de seus direitos. As recomendações expedidas, que sugerem a atuação dos serviços de saúde no cuidado com mulheres em situação de rua e/ou usuárias de drogas e seus/suas filhos(as) recém nascidos(as) são, portanto, documentos opinativos, que não possuem poder coercitivo ao poder público, sendo, de cumprimento espontâneo, porém incentivado².

No Brasil, as leis especiais da infância e adolescência são promulgadas no século XX. Os Códigos de Menores de 1927 (“Código Mello Matos”) e de 1979 inscreveram critérios mais rígidos para a prática da institucionalização de crianças e adolescentes. Somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, entrou em vigor, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece que crianças e adolescentes são sujeitos

de direitos e sua proteção será efetivada através de políticas públicas voltadas à sua cidadania plena.

As recentes políticas públicas para a infância e adolescência inscreveram uma nova concepção de cuidado para a infância com reflexos importantes no campo jurídico, político e social, e consequências para as ações públicas dirigidas ao seu cuidado e proteção. Entretanto, mesmo com os avanços das políticas públicas para a infância e adolescência, não é possível afirmar a vigência de sistemas sociais integrados, nem a superação do ideário menorista ou de seus valores, estabelecidos nos antigos códigos.

A noção de criminalização da pobreza, de “família desestruturada”, de “menores delinquentes”, e outras expressões baseadas na ideia de ‘irregularidade’, ainda habitam o cotidiano da sociedade e interferem em decisões de suspensão da convivência familiar e comunitária, mesmo sob a égide da doutrina da proteção integral.

Cabe salientar que no caso das mulheres usuárias de

crack e/ou outras drogas e seus bebês, as alianças psi-jurídicas operam a partir do que pode vir a ser - e não do que efetivamente está construído -, descumprindo seus mandatos clínicos e políticos de garantir direitos e formas de proteção/assistência. Atuam, muitas vezes, pelo viés da penalização, a partir do exercício da tutela do Estado na forma de institucionalização da infância e punição de suas mães, violando-lhes os direitos de liberdade, de disposição sobre o corpo e à maternidade autônoma.

Importa compreender quais jogos de força e vetores institucionais estão presentes nessa arena em que mães e filhos recém-nascidos têm sua convivência interrompida a partir do contexto de uso de drogas e situação de rua. A questão das mulheres que têm seus filhos retirados em função de seus modos de vida, além de relevante, é paradigmática para a análise desses paradoxos. Não há dúvidas que existem casos muito complexos, mas para essas mulheres e bebês há que se defender mais direitos e não menos. ■

‘Ser mãe preta e periférica’: sobreviventes do estado genocida da população negra

MORGANA ENEILE

Qual o impacto da violência no seu nascimento? Sim, todos, todas e todes, invariavelmente, experimentamos o parto primeiramente em nosso próprio vir ao mundo. Fomos paridos, nascidos de um útero envolvido por um ser, que tinha, nesta ocasião, expectativas variadas sobre si e sobre o rebento, mas que não incluía o desejo de ser agredida. De ver seu filho violentado/a.

Sua estreia no mundo foi de dor ou de harmonia?

“Se todas as mulheres são passíveis de serem violentadas no parto, há na pele uma diferenciação objetiva: mulheres negras morrem em consequência do fato de gestar e parir. E esse dado segue acompanhado de recortes territoriais e de acesso à educação e em informação em saúde.”

Uma mulher negra chega à maternidade. Seja na área central, seja numa área periférica, seja com doula e acompanhante, ou não. Ela sempre será uma mulher negra a parir e isso a embebe em altas chances de passar situações, no mínimo, indignas.

O que já se passou por ‘ideia da cabeça de alguém’, vem sendo comprovado ano após ano. Infelizmente, não de forma positiva. Os números da mortalidade materna no Brasil seguem

MORGANA ENEILE
É MÃE DE DOIS FILHOS, FEMINISTA NEGRA, DOULA E MESTRE EM EDUCAÇÃO PELO PPGEDU-UNIRIO. PRESIDENTA DA ADOULASRJ E DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA FENADOLASBR E COORDENADORA DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE DOULAS EPSJV/FIOCRUZ.



1. VER [HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/EQUILIBRIOESAUDE/2019/06/ESTADO-DE-SP-REGISTRA-RECORDE-HISTORICO-DE-MORTALIDADE-MATERNA.SHTML](https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2019/06/estado-de-sp-registra-recorde-historico-de-mortalidade-materna.shtml)

2. ENTREVISTA: PESQUISADORA DA ENSP FALA SOBRE MORTALIDADE MATERNA, VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E RACISMO; PESQUISA NASCER NO BRASIL: [HTTP://WWW.ENSFIOCRUZ.BR/PORTAL-ENSP/INFORME/SITE/MATERIA/DETALHE/45002](http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/DETALHE/45002)

3. OBJETIVOS DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SAÚDE: [HTTPS://WWW.PAHO.ORG/BRA/INDEX.PHP?OPTION=COM_CONTENT&VIEW=ARTICLE&ID=5849:OBJETIVOS-DE-DESENVOLVIMENTO-SUSTENTAVEL&ITEMID=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5849:OBJETIVOS-DE-DESENVOLVIMENTO-SUSTENTAVEL&Itemid=875)

4. VER OBSTETRIC RACISM: THE RACIAL POLITICS OF PREGNANCY, LABOR, AND BIRTHING, 2018. DÁNA-AIN DAVIS. IN: MEDICAL ANTHROPOLOGY. [HTTPS://DOI.ORG/10.1080/01459740.2018.1549389](https://doi.org/10.1080/01459740.2018.1549389)

em alta (64,5 por cem mil mulheres em 2017, segundo dados do próprio DATASUS¹), tendo a cor da pele como recorte expressivo nos desfechos e nos tipos de agressões a que são submetidas (para saber mais, busque pela pesquisa *Nascer no Brasil*, desenvolvida pela ENSP/FIOCRUZ em seu sumário executivo publicado em 2014²). Se todas as mulheres são passíveis de serem violentadas no parto, há na pele uma diferenciação objetiva: mulheres negras morrem em consequência do fato de gestar e parir. E esse dado segue acompanhado de recortes territoriais e de acesso à educação e em informação em saúde.

Ao estender uma lupa simples sobre as territorialidades é possível compreender como este índice se relaciona diretamente para mais, em regiões afastadas das zonas centrais, acrescentando ao fator cor/etnia ao tipo de serviço prestado e a qualidade dele –

Em regiões afastadas das zonas centrais mulheres negras recebem menos analgesia e tem menos acesso à cirurgias cesarianas necessárias, por exemplo.

mulheres negras recebem menos analgesia e tem menos acesso à cirurgias cesarianas necessárias, por exemplo.

Reduzir a mortalidade materna foi compromisso assumido pelo país dentro dos Objetivos do Milênio 2000-2015, e segue dentro da meta dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável na área de saúde para o período 2016-2030³. A conjuntura, no entanto, de retrocessos e desinvestimento em políticas de saúde, e em programas específicos para a área, tornam o cenário ainda mais obscuro. Qual efeito do desmonte do SUS no aumento da morte de

mulheres saudáveis, por causas evitáveis, num momento próprio de expectativa de vida?

Como Doula, uma pessoa treinada para acompanhar gestantes durante a gestação, o parto e o puerpério, me deparo de forma recorrente com o racismo institucionalizado que faz as suas vítimas. Faz parte da construção do modelo obstétrico a misoginia e a descrença na capacidade fisiológica recorrente, mas para uma grande parte dessa população de parturientes, não se pode falar de violência obstétrica pura e simples, mas de racismo obstétrico. É de negação dos mesmos meios, ainda que precários.

Este conceito tem sido defendido a partir da elaboração de Dana-Ain Davis⁴, professora no Queens College (Nova Iorque), como uma ameaça à vida das mulheres e recém nascidos, uma vez que

não se trata somente de uma abordagem inserida no contexto das violências obstétricas de cunhos emocionais, informacionais e físicas, mas da recorrente negligência e abandono sistemático, que obsidia mulheres negras de diferentes posições sociais – haja visto o relato de Serena Willians, famosa tenista norte-americana. Se com os recursos que podia dispor é alvo de tal descaso, imaginemos pretas periféricas a quem muito já é negado.

Enfrentamentos cotidianos têm sido feitos, em especial por mulheres periféricas, para dar à luz tal problemática. Na Zona Sul de São Paulo, Danie Sampaio, doula e terapeuta, constrói o projeto Mãe na Roda⁵. Inicialmente financiado através de iniciativa da gestão pública paulista de iniciativas culturais locais, se tornou uma referência sobre como debater o exercício da maternidade (e o do gestar e parir) a partir

Hoje, se prepara para realizar em maio o primeiro festival na Casa de Cultura do M'Boi Mirim. Em meio as diversas atividades, o festival vai falar de direitos, sobre outros modos de parir.

do território e do recorte racial, articulando práticas lúdicas e da arte/educação para transmitir informação em saúde, possibilitando novas perspectivas envolvendo redes complexas de profissionais diversos, movimentos sociais e de mulheres. Hoje, sem sede e sem apoio, se prepara para em maio próximo realizar o seu primeiro festival na Casa de Cultura do M'Boi Mirim. Em meio as diversas atividades, o festival vai falar de direitos, sobre outros modos de parir longe da cultura material do parto que cristalizou como normal sermos violentadas e desejar

o recurso cirúrgico como fuga estratégica. O autocuidado das mulheres como cura e como projeção.

No Rio de Janeiro, a iniciativa Doula a Quem Quiser⁶ vem engatinhando se apropriando de tecnologias que aproximam as mulheres para reconhecerem seus direitos. A ação, desenvolvida pela ADOULASRJ através de financiamento do Canal Negras Potências, viabilizado pelo Instituto Movimento Coca-Cola, em parceria com o Fundo Baobá, possibilitou levar parte das práticas utilizadas por Danie para a Zona Oeste do Rio de Janeiro e a criar uma plataforma de denúncia sobre os casos de violência obstétrica (veja em www.violenciaobstetricafale.com.br). Mais que um espaço de denúncia ele é um espaço formativo acessível com cartilha sobre Direitos na gestação, parto e puerpério de

5. FACEBOOK MÃE NA RODA
[HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/COLETIVAMAENARODA/](https://www.facebook.com/coletivamaenaroda/)

6. PROJETO DOULA A QUEM QUISER: [HTTPS://DOULASRJ.COM.BR/2018/09/14/CONHECA-O-PROJETO-DOULA-A-QUEM-QUISER/](https://doulasrj.com.br/2018/09/14/conheca-o-projeto-doula-a-quem-quiser/)

forma ampla, para além das questões de saúde, mas que envolvem as peculiaridades do período.

O cenário, no entanto, é árido. Até mesmo a legislação do direito ao acompanhante (criada em 2005), que antes vinha sendo encarada com uma boa prática em expansão, vem sendo constantemente desconsiderada no dia a dia. Ao mesmo tempo que leis para o direito ao acompanhamento de Doulas e que tratam do direito ao parto digno e respeitoso, também cresceram, sobram desculpas para dificultar o acesso. Há sempre boas motivações para isso: é muito mais fácil ser negligente e violento sem as vistas de terceiros e ter parturientes suscetíveis à aceitação do distrato como procedimentos ‘salvadores’ em desfechos de ‘alívio’, quando dá certo. Permeados pelo medo da retaliação, somada ao sentimento de gratidão, refletem nas baixas reclamações para

MESSIAN EDOH



É necessário que, para pretinhas e pretinhos experimente sua chegada à este universo de forma digna e respeitosa, o envolvimento e responsabilização coletiva.

ouvidorias e consequente dificuldade de gerar subsídios para que se cobre efetivas mudanças na prática das unidades de saúde.

É preciso coragem para enfrentar o sistema. Responsabilizando não as vítimas, mas como o estado produz o

aniquilamento do povo preto também quando se trata de atenção obstétrica.

Assim, para não dizer que não tratei da esperança que nos move, acredito na ampliação de redes de apoio à causa como parte primordial de qualquer perspectiva que tenhamos para alcançar outras realidades. Não é só sobre saúde. Não é só sobre uma fase da vida e de escolhas. Falar de como nossas crianças vêm ao mundo não deve ser um tema de quem deseja tê-las. É necessário que, para pretinhas e pretinhos experimente sua chegada à este universo de forma digna e respeitosa, o envolvimento e responsabilização coletiva. ■

Paternidade, militância e feminismo

ALEXANDRE PADILHA

ALEXANDRE PADILHA
É MÉDICO, PROFESSOR
UNIVERSITÁRIO E
DEPUTADO FEDERAL.
FOI MINISTRO DA
COORDENAÇÃO POLÍTICA
DE LULA E DA SAÚDE DE
DILMA, E SECRETÁRIO
DE SAÚDE NA GESTÃO
FERNANDO HADDAD.

PIXABAY



É ouvindo e observando as nossas companheiras, nossos filhos e filhas que aprendemos. É perdendo a vergonha de dividir com elas, eles e outros homens/pais nossas dúvidas, fraquezas e aprendizados. É sabendo que aquilo que o que se reproduziu ao longo de anos como o papel do pai, o provedor, o da segurança, da autoridade, só se exercita sendo ao mesmo tempo o oposto disso, o que divide as dúvidas, fragilidades, troca amor e afeto.

“Um beijo, papai te ama. Quer vir comigo? Hoje quero ficar aqui”, respondeu-me minha filha, recém chegada aos 5 anos de idade. Essa foi a cena da minha saída de casa para um sábado cheio de debates pela periferia da cidade de São Paulo, hoje pela manhã, momentos antes de começar a escrever para vocês este texto.

Diariamente, inúmeras cenas e frases que envolvem minha filha tomam conta da minha

cabeça o tempo todo. Eu com ela. Ela sozinha. Eu, ela e minha companheira. Eu e minha companheira falando dela.

Mas nada substituirá a imagem do parto. Daquela cabecinha saindo do corpo da mãe. Com uma careta diante deste mundo. Abrindo o berro no seu primeiro choro. Foi ali. Começou. O que é ser pai?

Nos anos 70, 80 90, nas ruas do Parque Regina, Campo Limpo, periferia da Zona Sul

onde cresci, homens falavam entre homens sobre a sua primeira experiência de muita coisa: primeira noite fora de casa, primeiro gol no campeonato, primeira ida ao estádio, primeiro beijo, primeiro porre, primeira trepada. Do primeiro filho ou filha, apenas o nome, o porque do nome, o time que vai torcer e, no máximo, uma frase genérica: filho é o amor verdadeiro. Sem mais detalhes do que significa isso.

Falar de amor é coisa de mulher. Ser homem e ser homem/pai vai sendo construído mais pelo o que não é só coisa de mulher. Ser homem é não brincar de casinha, não saber cozinhar, não chorar, não deixar de fazer algo para cuidar do irmão mais novo ou do filho que já chegou.

Quais são as referências de homem/pai que havia tido na minha vida? Meu pai foi preso, torturado e exilado pela ditadura, isso o afastou fisicamente de mim durante toda a infância. Trocávamos

A ausência de um pai no cotidiano é a regra da grande maioria dos jovens pais que cresceram na periferia.

A maioria das casas só tem a mãe para conduzi-la.

afeto por cartas e mensagens, fugindo da repressão da ditadura. A minha primeira imagem de pai presente no cotidiano foi quando eu já era adolescente, junto com meu padrasto ao cuidar do meu irmão, que acabara de nascer. Nunca me esquecerei de tê-lo na minha barriga, no sofá de casa, nas noites durante a semana, até ele cair no sono, recebendo o meu carinho. Eu já tinha 15 anos.

Muitos dos meus amigos viraram pais de verdade com aquela idade. Também sem referência. A ausência de um pai no cotidiano é a regra da grande maioria dos jovens pais que cresceram na periferia. A maioria das

casas só tem a mãe para conduzi-la.

Sem referências domésticas e sem referências para leitura, afinal homens falam pouco dessas coisas, aprender e exercer a paternidade exige de nós humildade. É ouvindo e observando as nossas companheiras, nossos filhos e filhas que aprendemos. É perdendo a vergonha de dividir com elas, eles e outros homens/pais nossas dúvidas, fraquezas e aprendizados. É sabendo que aquilo que o que se reproduziu ao longo de anos como o papel do pai, o provedor, o da segurança, da autoridade, só se exercita sendo ao mesmo tempo o oposto disso, o que divide as dúvidas, fragilidades, troca de amor e afeto.

Além da humildade, o outro desafio é ainda mais estrutural. Desconstruir, diariamente, o machista que ainda carregamos. Aprender a exercer a paternidade também é rever nossos ritmos e compromissos da

porta de casa para fora, com o trabalho, com a militância, com o lazer para a tarefa da presença junto a sua filha e as atividades prazerosas e desagradáveis de exercer essa presença. Admito, pela minha própria experiência, mesmo tendo reduzido muita coisa para exercer essa presença, ainda é profundamente desigual a dedicação da mulher nessas dimensões. Também é rever nossas atitudes da porta para dentro de casa, na relação com sua companheira. E admito, também pela experiência pessoal, como os valores, gestos e comportamentos machistas estão ainda impregnados em nós.

O desafio da paternidade nos ajuda a ser um masculino que não seja apenas, prioritariamente, a antítese do feminino. Permite a todos os homens brincar de casinha, boneca, ser maquiado e trocar carinho público de forma desinibida. Mas as atitudes individuais são insuficientes para transformá-la. São

**Além da humildade,
o outro desafio é
ainda mais estrutural.
Desconstruir,
diariamente, o
machista que ainda
carregamos.**

necessárias políticas públicas e que elas cheguem para a maioria da população, nas periferias. Quando Ministro da Saúde fizemos o primeiro programa de incentivo ao pré-natal do homem e o direito ao acompanhante no momento do parto.

Quando secretário na gestão Haddad acompanhei a transformação na vida de vários pais no fato de, mais do que acompanhar, termos consultas e grupos específicos para os homens no pré-natal, como na Casa Ângela na Zona Sul ou nas Unidades de Saúde de Ermelino Matarazo, na Leste. E é triste ver isso ser destruído pelo casamento de Bruno/Doria e Bolsonaro.

Nesse casamento que desmonta os direitos dos trabalhadores e abre espaço para o uso da tecnologia do século XXI para implantar a escravidão do século XIX, como vemos nos trabalhadores de aplicativos, temos um cenário mais complexo para ampliarmos o direito à licença paternidade.

Acredito que todos nós transformamos nos desafios da paternidade. Quanto mais ampla nossa transformação maior nossa capacidade de enfrentar os desafios individuais e coletivos que transformam homens e também as novas gerações que crescem nas periferias. Eu sou daqueles que virou adulto ouvindo e movendo-se pelas letras dos Racionais MCs. Sou um daqueles: “que lá de cima a molecada do Regina” ou no descrito nos versos de Homem na Estrada “Quem não se desespera vendo nascer seu filho no berço da miséria. Um lugar onde só tinham como atração o bar, e o candomblé pra se tomar a benção. Esse é o palco da história que por mim será contada”. ■

■ **Norte**

Acre

Batalha dos 100

Data: 14/03/2020

Horário: 18:00

Local: Ponte Metálica Juscelino Kubitschek

Rua Estado do Acre - Base

Rio Branco

Amapá

Domingo de Tradição - Roda de Tambor Coisa de Preto

Data: 15/05/2020 e 22/05/2020

Horário: 18:00

Local: Sankofa - Rua Beira Rio, 1488

Orla do Santa Inês

Macapá

Obs: Ingressos de 3 a 5 reais

Amazonas

Clube das Manas - Feminismo para os 99%

Data: 25/05/2020

Horário: 19:00 às 21:00

Local: Livraria Leitura

Av. Djalma Batista, 482 - Parque Dez de Novembro

Manaus

Amazônia Criativa LGBT+

Data: 05/04/2020

Horário: 09:00 às 16:00

Local: Centro Histórico de Manaus

8M Manaus: Mesa de Debate Marielle Franco "UPP, a redução da favela a três letras"

Data: 14/03/2020

Horário: 15:00 às 17:00

Local: MUSA do Largo São Sebastião
Manaus

Pará

MOA - Festival de Música das Periferias

Data: 21/03/2020

Horário: 15:00 às 21:00

Local: Escola de Samba Bole Bole Passagem da Pedreirinha, 153 Belém

Espectáculo Marajó "a luta de um povo"

Data: 20 e 21/03/2020

Horário: 20:00

Local: Teatro Experimental Waldemar Henrique

Ingresso: 40,00 reais a inteira/20,00 meia

Rondônia

Temporada A Borracheira

Data: 20/03/2020 a 22/03/2020

Horário: 20:00

Local: Taipiri O Imaginário

R. Franklin Taváres, 1353 - Pedrinhas Porto Velho

Ato Pela Vida - Não queremos apenas flores, queremos não ser mais uma estatística

Data: 18/03/2020

Horário: 16:00

Local: Espaço Alternativo de Porto Velho
Av. Gov. Jorge Teixeira, 4026 - Costa e Silva
Porto Velho

Roraima

Roda de Conversa Mulheres na Política

Data: 18/03/2020

Horário: 18:30

Local: Sede do PT em Boa Vista

Av Benjamin Constant, 2526 - São Vicente
Boa Vista

Tocantins

Casa 8 de março - Falas públicas, serviços, fomenagens, panfletagem, arte

Data: 14/03/2020

Horário: 8:00

Local: Feira de Taquari

Cinema Coletivo do Projeto 42

Data: 21/03/2020

Horário: 19:00

Local: Praça Pública da 405 Norte
Palmas

■ Nordeste

Alagoas

Minas e Monas

Data: 21/03/2020

Horário: 14:00 às 20:00

Local: Quintal Cultural
Rua Sol Nascente, 84 - Bom Parto
Maceió

Bahia

Feijoada do Alerta Negra

Data: 29/03/2020

Horário: 14:00

Local: Praça dos Barris. na quadra dos
Barris ao lado da UPA
Salvador
Entrada: um livro
Prato de feijoada: 12 reais

Ceará

44° Feira debate Marielle Franco: dois anos de impunidade

Data: 14/03/2020

Horário: 12:00 às 15:30

Local: Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto
Rua Paulo Firmeza, 445
Fortaleza

Rock Cordel

Data: 24/03/2020

Horário: 18:30 às 21:30

Local: Centro Cultural Banco do
Nordeste
Rua Conde D'Eu, 560
Fortaleza

Maranhão

Colóquio "Violência de Gênero no Maranhão"

Data: 13/03/2020

Horário: 8:00 às 12:00

Local: OAB Subseção Imperatriz/MA
Rua Simplício Moreira, 1083 - Centro
Imperatriz

Paraíba

Sarau de Lançamento da FLIC 2020

Data: 20/03/2020

Horário: 17:00

Local: IFPB Campina
R. Tranqüilino Coelho Lemos, 671 -
Dinâmica
Campina Grande

Pernambuco

Grupo de Estudos Política de Drogas e Segurança Pública - Atividades Abertas

Data: 26/03/2020 e 02/04/2020

Horário: 16:30 às 18:30

Local: Faculdade de Direito do Recife
Praça Adolfo Cirne, s/n - Boa Vista
Recife

A Coisa tá Preta: Juventude Negra Pensando Estratégias de Resistência e Ocupando a Cidade - Roda de diálogo + Palco preto

Data: 21/03/2020

Horário: 16:00

Local: Rua Domingos José Martins
Recife antigo - Praça do Artesanal
Recife

Piauí

Feira Preta Piauí

Data: 21/03/2020

Horário: 15:00 às 22:00

Local: Memorial Esperança Garcia

Av. Miguel Rosa, 3400 - Centro

Teresina

Rio Grande do Norte

Dia Nacional da Poesia na Feira Livre do Nova Natal

Data: 15/03/2020

Horário: 8:00

Local: Feira Livre do Nova Natal

Bairro Lagoa Azul, Zona Norte

Natal

Sergipe

Sarau Entre Becos - poesia, música, intervenção e um papo rápido sobre educação sexual além de uma tenda com corte de cabelo para população 0800

Data: 14/03/2020

Horário: 14:00

Local: R. E, Santa Maria, s/n

Na frente do EMEF Papa João Paulo II

Aracaju

■ **Centro-Oeste**

Distrito-Federal

Cine Tulipas do Cerrado: Uma questão de saúde e de cidadania

Data: 24/03/2020

Horário: 18:00 às 21:00

Local: Park Wey

Brasília

Cine Tulipas do Cerrado: Uma questão de saúde e de cidadania

Data: 01/04/2020

Horário: 18:00 às 21:00

Local: Plano Piloto

SCS Setor comercial ao lado do CAPS

Brasília

Goiás

LGBTodos

Data: 22/03/2020

Horário: 14:00 às 22:00

Local: Parque Vaca Brava

Avenida T-015 - Setor Bueno

Goiânia

Batucagé Na Serrinha

Data: 21/03/2020

Horário: 15:00

Local: Centro de Capoeira Angola

BarraVento

Avenida T-15 QD, 2153

Goiânia

Mato Grosso

18M - Eu Defendo a Educação

Data: 18/03/2020

Horário: 15:00

Local: Praça Alencastro

Cuiabá

Cine Debate: Infância, juventude e representação na mídia

Data: 11/03/2020

Horário: 19:00 às 21:00

Local: Sesc Arsenal

Rua 13 de Junho, S/N - Centro Sul

Cuiabá

Mato Grosso do Sul

Sarau da Rua Áurea

Data: 20/03/2020

Horário: 21:00

Local: Associação dos moradores da Vila

Petengil

Rua Áurea, 87

Campo Grande

■ **Sudeste**

Espírito Santo

Sexta Rap: Ensaio Aberto

Data: 20/03/2020

Horário: 20:00

Local: Bar do Mãozinha

Av. Fernando Ferrari, 520

Jardim da Penha

Vitória

Minas Gerais

Baile da Batalha

Data: 14/03/2020

Horário: 19:00 as 23:30

Local: Quadras do Vilarinho

R. Cascalheira, 138 - Venda Nova

Belo Horizonte

3 ° Edição Slam Fica Vivo E

Inauguração Da Biblioteca Xiaaa

Data: 28/03/2020

Horário: 14:00 as 17:00

Local: Fica Vivo Minas Caixa

Serra Verde - Manoel Cunha, 01

Belo Horizonte

Sempre Vivas - Mulheres, História e Resistência

Data: 06/03/2020

Horário: 9:00

Local: Assembleia Legislativa de Minas Gerais

R. Rodrigues Caldas, 30 - Santo

Agostinho

Belo Horizonte

Cine Racialidade

Data: 31/03/2020

Horário: 18:30

Local: CRP-MG

Rua Timbiras, 1532, 6º andar

Belo Horizonte

Rio de Janeiro

Moça Prosa + Samba Que Elas

Querem - Jardim São Cristóvão

Data: 14/03/2020

Horário: 14:00

Local: Rua Benedito Otoni, 61 - São Cristóvão

Rio de Janeiro

Favela É Cultura & Projeto Avança Nega

Data: 21/03/2020

Horário: 17:00

Local: Bar do Dois

Rua Cruzeiro do Sul, 120 - Catete

Rio de Janeiro

Racismo em Espaços de Privação de Liberdade

Data: 15/03/2020

Horário: 14:00 às 18:00

Local: Casa de Artes e Culturas Percilia Teles da Silva

Rua Espírito Santo, 288 - Praça Sec

Rio de Janeiro

São Paulo

Slam DiVersos - Edição de Março 2020

Data: 20/03/2020

Horário: 20:00 as 23:00

Local: Lapeju Bar

Rua Frei Caneca, 892

São Paulo

Clube Empreende Aí

Data: 18/03/2020

Horário: 15:00 às 17:00

Local: Teia Mulher

Praça Sarim Farah Maluf - Santo Amaro

São Paulo

OBS: Atividade voltada somente para mulheres (cis e trans)

Arrastão Experience - Projeto Arrastão, organização que

desenvolve programas sociais e educacionais há mais de 50 anos no Campo Limpo

Data: 03/04/2020

Horário: 14:00 às 17:00

Local: Projeto Arrastão

R. Doutor Joviano Pacheco de Aguirre,
255 - Campo Limpo

São Paulo

Inscrições pelo site: www.arrastao.org.br

Santa Catarina

Samba de Terreiro de Florianópolis e as pastoras

Data: 23/03/2020

Horário: 18:00

Local: Escadaria do Rosário

Rua Trajano

Florianópolis

■ **Sul**

Paraná

SARAU Redentor | Festival de Bandas

Data: 12/03/2020

Horário: 19:00 as 22:00

Local: Comunidade Luterana do
Redentor

Rua Trajano Reis 199

Curitiba

1º Slam Alferes Poeta e Batalha 222 do ano

Data: 21/03/2020

Horário: 15:00 as 20:00

Local: Rua Francisco Parolin, 576, Parolin
Curitiba

Ações ONG Médicos de Rua

Data: 15/03/2020 e 19/04/2020

Horário: 8:30 às 13:00

Local: Praça Tiradentes - Centro
Curitiba

Rio Grande do Sul

Festival em Defesa da Universidade Pública #SemCensura

Data: 27/03/2020

Horário: 16:00 as 23:30

Local: UFRGS - Universidade Federal do
Rio Grande do Sul

Avenida Paulo Gama, 110

Porto Alegre

OPORTUNIDADES

Edital	Foco	Prazo	Link
Narrações de histórias, oficinas e workshop literário	Contratação de narradores de histórias literárias e profissionais com experiência em oficinas e workshops de forma democrática, atendendo aos princípios da oportunidade, conveniência, legalidade, defesa do interesse público, impessoalidade, isonomia e economicidade.	13/05/2019 a 12/05/2020	https://www.sesisp.org.br/cultura/editais
Edital Boca do Céu	Contadoras e contadores de histórias de todo o Brasil.	06 de fevereiro a 06 de março de 2020	http://bocadoceu.com.br/edital2020/
Aesthetica Art Prize 2021 (Prêmio Arte Estética 2021)	Tem como objetivo oferecer a artistas emergentes e estabelecidos a oportunidade de mostrar seu trabalho para um público mais amplo e promover seu envolvimento com o mundo internacional da arte.	Até 31 de agosto/2020	https://fundacc.sp.gov.br/aesthetica-art-prize-2021-premio-arte-estetica-2021/
31º Festival Internacional de Curtas-Metragens de São Paulo – Curta Kinoforum	Poderão ser inscritos filmes de todos os gêneros, com duração de até 25 minutos (incluindo os créditos), finalizados em 2019 e 2020, desde que jamais inscritos nas edições anteriores do Festival.	Até 31 de março/2020 para filmes concluídos em 2019 e 30 de abril/2020 para filmes concluídos em 2020	https://fundacc.sp.gov.br/31o-festival-internacional-de-curtas-metragens-de-sao-paulo-curta-kinoforum/
Edital Programa de Exposições CCSP 2020	Promovido pelo Centro Cultural São Paulo (CCSP), o edital pretende selecionar 14 artistas em início de trajetória profissional para exposições no piso Caio Graco do CCSP. Podem se inscrever brasileiros ou estrangeiros residentes no Brasil.	Até 07 de março/2020	https://fundacc.sp.gov.br/edital-programa-de-exposicoes-ccsp-2020

OPORTUNIDADES

Pro-Mac 2020 - Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais, promovido pela Secretaria de Cultura da cidade de São Paulo	Os aprovados receberão um "selo de renúncia fiscal", que poderá ser de 100%, 85% ou 70%. O "selo de renúncia fiscal" indica qual o percentual do aporte feito ao projeto volta para o incentivador em forma de pagamento de impostos. O percentual desse selo está vinculado, essencialmente, ao local de realização das atividades do projeto para o público e varia de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Dimensão Educação.	Até 24 de abril/2020	https://www.culturaemercado.com.br/site/inscricoes-abertas-para-o-pro-mac-2020/
Prêmio Funarte de Apoio a Bandas de Música 2020	edital, que tem âmbito nacional, tem como objetivo distribuir gratuitamente 790 instrumentos de sopro para 158 conjuntos musicais, que sejam denominados "banda de música", "banda municipal", "banda sinfônica", "banda de concerto", "banda filarmônica", "sociedade musical" e orquestra de sopro. A finalidade é realizar a ampliação ou reposição do instrumental desses grupos.	Até 9 de março/2020	http://www.funarte.gov.br/edital/edital-premio-de-apoio-a-bandas-de-musica-2020/
Prêmios Literários Cidade de Manaus - Prefeitura Municipal de Manaus	Prêmio destinado à escritores brasileiros com obras literárias inéditas.	Até 1 de maio/2020	http://manauscult.manaus.am.gov.br/premios-literarios-cidade-de-manaus-2019-2020/
Edital de Credenciamento de artistas, profissionais e fazedores de cultura - Secretaria de Cultura do Estado do Pará	Credenciamento de artistas e profissionais da área da cultura e da acessibilidade para futura prestações de serviços	Até 01 de julho/2020	
Edital DOEN	Apoio a projetos sociais de economia solidária, empreendimentos sociais e energia sustentável.	Inscrições contínuas	https://www.doen.nl/applications/applications.htm